

Para discorrer sobre o preconceito linguístico no Brasil do século 21, vem à tona Oswald de Andrade, modernista do verde-amarelismo. O poeta, na coletânea Pau-Brasil, relê o Brasil pré-cabralino, ocasião em que o nativo, falante do tupi-guarani, foi europeizado, e a Língua Portuguesa foi imposta a todo o Brasil, com o prestígio de determinados dialetos em detrimento de tantos outros. Acresça-se a esse fenômeno o fato de que a gramática normativa é segregacionista, ao coroar um único registro como formal, distante do falar de grande parte dos brasileiros. Mais do que nunca, é preciso que entendamos que a língua é uma construção social, e não um artefato particular.

Nesse sentido, não se pode negar a violência cometida pelos europeus contra o patrimônio linguístico dos indígenas. Tanto é que Oswald de Andrade, relendo criticamente as cartas do Descobrimento, anotou que os portugueses “vestiram o índio”. A partir daí, a cultura, a língua portuguesa chegou aos mais distantes lugares do Brasil, com sotaques e dialetos os mais diversos, privilegiando-se o praticado no Sudeste, região em que, no século 19, a família imperial se instalou. Desse modo, os falares das outras regiões foram preteridos, e surgiu o que hoje se convencionou chamar de “preconceito linguístico”. Entretanto, sem razão: é certo que o Sudeste deve curvar-se diante da poesia do Nordeste, por conta, por exemplo, das letras do pernambucano João Cabral de Melo Neto, cuja poesia atravessa fronteiras e encanta os leitores mais seletos.

Outrossim, é lamentável o fato de a Gramática acenar a uma variante linguística, nomeando-a formal, ou, em outras palavras, correta – o que é, antes de preconceito, mostra da ignorância daqueles que ainda acreditam na falsa noção de hierarquia linguística. Soma-se a isso o fato de até mesmo as grandes emissoras de TV, em pleno século 21, frequentemente reforçarem o preconceito, ao atribuírem dialetos e sotaques adotados por regiões, que não a Sudeste, apenas em representação de papéis secundários.

Desse modo, para ratificar a construção social do idioma, é preciso que o MEC interfira, promovendo, em parceria com estudiosos da área das linguagens, a reformulação da Gramática aplicada em sala de aula, a fim de que a diversidade de sotaques e de dialetos praticados no Brasil seja salvaguardada, e a hierarquia que ainda paira sobre as variantes linguísticas seja desconstruída. Até que os ajustes sejam finalizados, cabe, também ao MEC, determinar aos alunos do Ensino Básico, por meio da grade curricular obrigatória, a leitura de autores das diferentes regiões do país, pressuposto para a validação e o prestígio de todas as variações da Língua Portuguesa. Isso feito, o verde-amarelismo de Oswald de Andrade será reavivado.

Por Gislaine Buosi

Análise da dissertação:

Apresentação do tema, com repertório sociocultural próprio;

Antecipação do primeiro argumento;

Antecipação do segundo argumento;

Tese;

Desenvolvimento do primeiro argumento;

Desenvolvimento do segundo argumento;

Conectivo de conclusão + Proposta de intervenção, com retomada da tese, ação, agente, modo/meio (e detalhamento), efeito;

Tom de fechamento.